

Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital Circulante Negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta a capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$380.772 mil na Controladora e R\$372.778 mil no Consolidado, decorrente principalmente pelo fato da Companhia se encontrar em fase pré-operacional com previsão de entrada em operação até o segundo semestre de 2023. Durante essa fase e até que a Companhia possa gerar recursos por meio de suas operações, os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas e por financiamentos obtidos junto a instituições financeiras credoras.

Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não está ressalvada a respeito desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.5, nº 7 e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ágio decorrente da aquisição do Parque Eólico de São Vitor pelas controladas diretas IBH V e IBH SV. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esses ativos são referentes aos parques eólicos adquiridos em março de 2020.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.253	69.746	201.106	89.531	Fornecedores	10	1.292	285	116.771	51.325
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.073	39.375	Encargos regulatórios		-	-	1.974	-
Contas a receber		-	-	13	-	Empréstimos e financiamentos	12	447.627	611.201	470.835	611.201
Impostos a recuperar		2.275	843	3.524	4.362	Debêntures	13	-	224.022	-	224.022
Partes relacionadas	11	39.330	117.230	1.330	-	Tributos e contribuições sociais e recolher		61	34	1.233	2.196
Adiantamentos		4.728	-	3.509	-	Partes relacionadas	11	1.536	10.071	1.536	10.071
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	510	16.935	Outras contas a pagar	7	-	-	-	23.801
Despesas antecipadas		158	-	3.506	2.464			450.516	845.613	592.349	922.616
		69.744	187.819	219.571	152.667						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	15.877	-	Empréstimos e financiamentos	12	102.582	-	970.257	-
Despesas antecipadas		-	-	-	2.960	Debêntures	13	221.164	-	221.164	-
Partes relacionadas	11	-	148.350	-	-			323.746	-	1.191.421	-
Investimentos	7	1.062.004	444.380	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	8	209	-	1.805.424	601.518	Capital social	15	1.557.001	1.150.001	1.150.001	1.150.001
Intangível	9	1.643	876	102.238	101.283	Capital a integralizar		(949.050)	(1.145.049)	(542.049)	(1.145.049)
		1.063.856	593.606	1.923.539	705.761	Prejuízos acumulados		(249.123)	(86.075)	(249.122)	(86.075)
						Outros resultados abrangentes		510	16.935	510	16.935
						Total		359.338	(64.188)	359.340	(64.188)
TOTAL DO ATIVO		1.133.600	781.425	2.143.110	858.428	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.133.600	781.425	2.143.110	858.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS		-	-	92	-
CUSTO OPERACIONAIS	16	(15)	-	(14.677)	-
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>(14.585)</u>	<u>-</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	17	(23.096)	(15.990)	(26.382)	(19.422)
		<u>(23.096)</u>	<u>(15.990)</u>	<u>(26.382)</u>	<u>(19.422)</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7	(8.443)	(3.339)	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(31.554)</u>	<u>(19.329)</u>	<u>(40.967)</u>	<u>(19.422)</u>
Receitas financeiras		8.633	2.711	25.784	4.198
Despesas financeiras		(140.128)	(52.581)	(143.773)	(53.973)
RESULTADO FINANCEIRO	18	<u>(131.495)</u>	<u>(49.870)</u>	<u>(117.989)</u>	<u>(49.775)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(163.049)</u>	<u>(69.199)</u>	<u>(158.956)</u>	<u>(69.197)</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(4.093)	(2)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(163.049)</u>	<u>(69.199)</u>	<u>(163.049)</u>	<u>(69.199)</u>
Prejuízos básico diluído - (reais/ações)		<u>(0,13338)</u>	<u>(0,09164)</u>	<u>(0,13338)</u>	<u>(0,09164)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(163.049)	(69.199)	(163.049)	(69.199)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	(16.425)	28.562	(16.425)	28.562
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(179.474)</u>	<u>(40.637)</u>	<u>(179.474)</u>	<u>(40.637)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		440.001	(440.000)	(11.627)	(16.876)	(28.502)
Redução de capital em 22 de Julho de 2021	14	(440.000)	440.000	-	-	-
Aumento de capital em 22 de Julho de 2021	14	1.150.000	(1.150.000)	-	-	-
Integralização de Capital em 23 de Setembro de 2021	14	-	4.951	-	-	4.951
Prejuízo do Exercício	14	-	-	-	(69.199)	(69.199)
Outros resultados abrangentes		-	-	28.562	-	28.562
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting		-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.150.001	(1.145.049)	16.935	(86.075)	(64.188)
Redução de capital		-	-	-	-	-
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Integralização de Capital em 15 de julho de 2022	14	-	405.000	-	-	405.000
Integralização de Capital em 01 de agosto de 2022	14	-	35.000	-	-	35.000
Redução de capital em 27 de outubro de 2022	14	(705.049)	-	-	-	(705.049)
Aumento de capital em 27 de outubro de 2022	14	1.112.049	(407.000)	-	-	705.049
Integralização de Capital em 10 de Novembro de 2022	14	-	143.000	-	-	143.000
Integralização de Capital em 24 de Novembro de 2022	14	-	20.000	-	-	20.000
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(163.049)	(163.049)
Outros resultados abrangentes		-	-	(16.425)	-	(16.425)
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting		-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.557.001	(949.049)	510	(249.124)	359.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(163.049)	(69.199)	(163.049)	(69.199)
Itens que não afetam o caixa operacional:					
Resultado de equivalência patrimonial	7	8.443	3.339	-	-
Depreciação	8	51	-	51	97
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	12 e 13	127.656	42.017	129.728	42.017
Amortização dos custos de transação		(4.119)	9.317	(28.481)	9.317
Baixa de ativos	8	-	-	-	725
Provisões		-	214	1.869	361
Ajuste a valor justo do passivo de aquisição de investimentos		-	-	-	1.384
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:					
Contas a Receber		-	-	(13)	-
Impostos a recuperar		(1.432)	(605)	838	(4.115)
Despesas antecipadas		(158)	56	1.918	(1.475)
Partes Relacionadas	11	226.250	-	(1.330)	-
Adiantamentos		(4.728)	-	(3.509)	-
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	10	1.007	(74)	63.577	48.395
Encargos regulatórios		-	-	1.974	-
Tributos e contribuições sociais e recolher		27	10	(963)	2.084
Partes relacionadas	11	(8.535)	5.623	(8.535)	5.623
Outras contas a pagar		-	-	(23.800)	(81.869)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		181.413	(9.302)	(29.725)	(46.655)
Juros pagos		(64.225)	(21.434)	(64.225)	(21.434)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		117.188	(30.736)	(93.950)	(68.089)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	17.425	(1.361)
Aquisição de imobilizado	8	(226)	-	(1.178.866)	(412.613)
Aquisições do intangível	9	(801)	(801)	(989)	(848)
Investimentos em controladas		(642.492)	(431.475)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(643.519)	(432.276)	(1.162.430)	(414.822)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Contratos de mútuo a receber		-	8.820	-	2.500
Aumento de capital social		603.000	4.951	603.000	4.951
Captação de empréstimos e financiamentos	12 e 13	724.000	407.696	1.612.117	407.696
Pagamento de empréstimos	12 e 13	(847.162)	-	(847.162)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		479.838	421.467	1.367.955	415.147
ACRÉSCIMO (DESCRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46.493)	(41.545)	111.575	(67.764)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.746	111.291	89.531	157.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.253	69.746	201.106	89.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia” ou “IBH IV”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“IBH V”), constituída em 25 de setembro de 2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”), constituída em 10 de setembro de 2021. Ambas as investidas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

Em 11 de março de 2020, a IBH V adquiriu 100% do controle acionário das sociedades com o propósito específico (“SPE”) de geração de energia eólica – Parque Eólico de São Vitor, conforme relação a seguir:

- Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. (“VSV”)
- Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 01”)
- Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 02”)
- Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 03”)
- Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 04”)
- Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 05”)
- Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 06”)
- Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 07”)
- Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 08”)
- Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 09”)
- Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 10”)
- Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 11”)
- Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 12”)
- Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 13”)
- Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 14”)

Essas investidas estão localizadas em Xique Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia e tem o propósito específico de geração de energia eólica e estão em fase pré-operacional. O Parque Eólico de São Vitor possuirá capacidade instalada de cerca de 465.000 MW.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

Cisão Parcial de Ativos

Em 10 de setembro de 2021, foi criada a Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”), com o objetivo de receber ativos referente ao processo de cisão parcial da IBH V.

Em 30 de setembro de 2021, a IBH V fez a cisão parcial de certos ativos. A cisão foi efetuada para segregar os ativos de SPEs que serão financiadas pelo Banco do Nordeste (“BNB”) e as SPEs financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), as quais foram mantidas como investimentos da IBH V. Assim, a VSV, São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 foram cindidas para a IBH SV. Com essa cisão MW 226.400 do Parque Eólico de São Vitor foram transferidos para os investimentos da IBH SV e a IBH V ficou como investidora de MW 238.600.

- i) O acervo líquido cindido, representado por determinados ativos e passivos da Infraestrutura Brasil Holding V S.A em 10 de setembro de 2021 é como segue:

ATIVO

Não circulante	
Investimento	<u>209.959</u>

PASSIVO

Circulante	
Outas contas a pagar – Aquisições de investimentos	<u>12.449</u>

ACERVO LÍQUIDO CINDIDO 197.510

- ii) A composição dos ativos e passivos cindidos está detalhado a seguir:

	Efeitos da reestruturação societária – Cisão parcial de ativos e passivos						Saldo em 10.09.2021 IBH V	Saldo em 10.09.2021 IBH SV
	Saldo em 10.09.2021 IBH V	Custo do investimento	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Ágio		
ATIVO								
Ativos circulante- não cindidos	1.386	-	-	-	-	-	1.386	-
	<u>1.386</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.386</u>	<u>-</u>
Não circulante								
Investimentos	399.955	(150.880)	(8.423)	2.626	(45.606)	(7.676)	189.996	209.959
Outros ativos não circulantes – não cindidos	18.656	-	-	-	-	-	18.656	-
	<u>418.611</u>	<u>(150.880)</u>	<u>(8.423)</u>	<u>2.626</u>	<u>(45.606)</u>	<u>(7.676)</u>	<u>208.652</u>	<u>209.959</u>
	<u>419.997</u>	<u>(150.880)</u>	<u>(8.423)</u>	<u>2.626</u>	<u>(45.606)</u>	<u>(7.676)</u>	<u>210.038</u>	<u>209.959</u>
PASSIVO								
Circulante								
Outras contas a pagar – Aquisições societárias	23.322	-	-	-	(12.449)	-	10.873	12.449
Outros passivos circulantes – não cindidos	38.011	-	-	-	-	-	38.011	-
	<u>61.333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.449)</u>	<u>-</u>	<u>48.884</u>	<u>12.449</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	348.131	(191.713)	-	-	-	-	156.418	191.713
Prejuízos acumulados	(6.615)	-	-	2.626	-	-	(3.989)	(2.626)
Outros resultados abrangentes	17.148	-	(8.423)	-	-	-	8.725	8.423
	<u>358.664</u>	<u>(191.713)</u>	<u>(8.423)</u>	<u>2.626</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161.154</u>	<u>197.510</u>
	<u>419.997</u>	<u>(191.713)</u>	<u>(8.423)</u>	<u>2.626</u>	<u>(12.449)</u>	<u>-</u>	<u>210.038</u>	<u>209.959</u>

Continuidade das operações

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2022 encontra-se negativo em R\$ 380.772 na controladora e R\$ 372.778 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 negativo em R\$ 657.794 na controladora e R\$ 769.949 no consolidado decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica de suas controladas indiretas.

O Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, que terão início de suprimento de energia no segundo semestre de 2023.

As controladas indiretas da Companhia possuíam previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, esta data foi adiada para o segundo semestre de 2023. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificado a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário.

Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto serão suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas [indiretas] junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), por meio de linha de crédito de R\$ 655.000; e Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), por meio de linha de crédito de R\$ 548.073.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e alocação do preço de aquisição societárias. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH IV e suas controladas, nas quais a IBH IV detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

<u>Controladas Diretas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IBH V	100%	100%
IBH SV	100%	100%

Controladas Indiretas	31/12/2022	31/12/2021
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	100%	100%
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")	100%	100%
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02")	100%	100%
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")	100%	100%
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04")	100%	100%
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05")	100%	100%
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06")	100%	100%
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")	100%	100%
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08")	100%	100%
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09")	100%	100%
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10")	100%	100%
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")	100%	100%
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")	100%	100%
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")	100%	100%
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas os resultados financeiros são alocados ao custo do ativo imobilizado na fase pré-operacional.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.4. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

3.6. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas nas demonstrações financeiras.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques eólicos, no município de Xique-Xique, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 49 anos. As controladas indiretas não registraram estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

3.10. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Na controladora e controladas diretas o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro líquido para Contribuição Social.

Nas controladas indiretas a tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando para o Imposto de renda, a base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e para a Contribuição social a base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

3.11. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

— Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.

— Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

— Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos – “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o “*hedge accounting*”.

As principais características das atividades de “*hedge*” das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

4. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	01.01.2022
CPC 48 – Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos bancários	46	8	305	455
Aplicações financeiras	23.207	69.738	200.801	89.076
	<u>23.253</u>	<u>69.746</u>	<u>201.106</u>	<u>89.531</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98% a 100% em 31 de dezembro de 2021).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CDB a 99% do CDI (i)	-	-	21.950	39.375
	-	-	21.950	39.375
Circulante	-	-	6.073	39.375
Não circulante	-	-	15.877	-

- (i) Garantias às NDFs (*Non-Deliverable Forward*) contratadas pelas controladas indiretas durante a vigência dos respectivos contratos registradas no curto prazo e conta reserva relacionada ao saldo da dívida, também das investidas indiretas, no longo prazo

7. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2022

	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
IBH V	100%	547.921	487.228	38.116	451.687	(2.575)
IBH SV	100%	652.080	617.997	5.105	618.760	(5.868)
		<u>1.200.001</u>	<u>1.105.225</u>	<u>43.221</u>	<u>1.070.447</u>	<u>(8.443)</u>

b) Movimentação do investimento

Controladas	Valor do investimento em 2021	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2022
IBH V	196.275	264.421	(2.575)	(9.009)	646.622
IBH SV	248.105	378.071	(5.868)	(7.416)	415.382
	<u>444.380</u>	<u>642.492</u>	<u>(8.443)</u>	<u>(16.425)</u>	<u>1.062.004</u>

Controladas	Valor Investimento 2020	Aporte de capital	Cisão de ativos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2021
IBH V	(12.318)	379.338	(197.510)	(2.713)	29.478	196.275
IBH SV	-	52.137	197.510	(626)	(916)	248.105
	<u>(12.318)</u>	<u>431.475</u>	<u>-</u>	<u>(3.339)</u>	<u>28.562</u>	<u>444.380</u>

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual média de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Imobilizado administrativo em serviço					
Terrenos		-	-	32	32
Máquinas equipamentos	20%	105	-	105	-
Edificações e benfeitorias	20%	42	-	53	11
Móveis e utensílios		38	-	27	
		<u>185</u>	<u>-</u>	<u>228</u>	<u>43</u>
Imobilizado operacional em construção					
Terrenos		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		-	-	383.014	253.149
Edificações e benfeitorias		-	-	1.441	1.026
Móveis e utensílios		-	-	290	-
Serviços a ratear (i)		24	-	176.489	21.626
Adiantamento a fornecedor (ii)		-	-	1.243.962	325.674
		<u>24</u>	<u>-</u>	<u>1.805.196</u>	<u>601.475</u>
		<u>209</u>	<u>-</u>	<u>1.805.424</u>	<u>601.518</u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela da ANEEL.
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas eólicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora			Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Depreciação	
Imobilizado operacional em serviço				
Terrenos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	119	(14)	105
Móveis e utensílios	-	40	(2)	38
Edificações e benfeitorias	-	43	(1)	42
Serviços a ratear	-	24	-	24
	<u>-</u>	<u>226</u>	<u>(17)</u>	<u>209</u>

	Consolidado			Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Depreciação	
Imobilizado operacional em serviço				
Terrenos	32	-	-	32
Máquinas e equipamentos	-	119	(14)	105
Móveis e utensílios	-	40	(2)	38
Edificações e benfeitorias	11	43	(1)	53
	<u>43</u>	<u>202</u>	<u>(17)</u>	<u>228</u>
Imobilizado em construção				
Terrenos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	253.149	129.878	-	383.027
Edificações e benfeitorias	1.026	415	-	1.441
Móveis e utensílios	-	277	-	277
Serviços a ratear (i)	21.626	154.863	-	176.489
Adiantamento a fornecedor (ii)	325.673	918.289	-	1.243.962
	<u>601.474</u>	<u>1.203.722</u>	<u>-</u>	<u>1.805.196</u>
	<u>601.518</u>	<u>1.203.924</u>	<u>(17)</u>	<u>1.805.424</u>

	Consolidado					Valor líquido em 2021
	Valor líquido em 2020	Adições	Transferência	Depreciação	Baixas	
Imobilizado operacional em serviço						
Terrenos	-	-	32	-	-	32
Máquinas e equipamentos	734	-	-	(12)	(722)	-
Edificações e benfeitorias	96	-	-	(85)	-	11
	<u>830</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>(97)</u>	<u>(722)</u>	<u>43</u>
Imobilizado operacional em construção						
Terrenos	32	-	(32)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	253.149	-	-	-	253.149
Edificações e benfeitorias	578	448	-	-	-	1.026
Serviços a ratear (i)	3.990	17.636	-	-	-	21.626
Adiantamento a fornecedor (ii)	184.294	141.380	-	-	-	325.674
	<u>188.894</u>	<u>412.613</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>601.475</u>
	<u>189.724</u>	<u>412.613</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(722)</u>	<u>601.518</u>

9. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível

	Taxa anual média de amortização %	Controladora		Consolidado	
		Saldo em 2022	Saldo em 2021	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Intangível administrativo em desenvolvimento	-			-	-
Softwares		1.643	876	1.648	876
		<u>1.643</u>	<u>876</u>	<u>1.648</u>	<u>876</u>
Intangível operacional em serviço					
Software				183	-
Servidões	-	-	-	152	152
Contratos de autorização	-	-	-	91.600	91.600
Ágio		-	-	8.608	8.608
-		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100.543</u>	<u>100.360</u>
Intangível operacional em desenvolvimento				-	-
Servidões	-	-	-	47	47
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47</u>	<u>47</u>
		<u>1.643</u>	<u>876</u>	<u>102.238</u>	<u>101.283</u>

b) Movimentação do intangível

	Controladora				Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Transferência	Amortização	
Intangível administrativo em desenvolvimento					
Softwares	876	801	-	(34)	1.643
	<u>876</u>	<u>801</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>1.643</u>
	Valor líquido em 2020	Adições	Transferência	Amortização	Valor líquido em 2021
Intangível administrativo em desenvolvimento					
Softwares	75	801	-	-	876
	<u>75</u>	<u>801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>876</u>

Consolidado					
	Valor líquido em 2021	Adições	Transferência	Amortização	Valor líquido em 2022
Intangível administrativo em desenvolvimento					
Softwares	876	617	-	(34)	1.643
	<u>876</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>1.643</u>
Intangível operacional em desenvolvimento					
Servidões	47	-	-	-	47
	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47</u>
Intangível operacional em serviço					
Software	-	183	-	-	183
Servidões	152	-	-	-	152
Contratos de autorização	91.600	-	-	-	91.600
Ágio	8.608	-	-	-	8.608
	<u>100.360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100.543</u>
	<u>101.283</u>	<u>988</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>102.238</u>
	Valor líquido em 2020	Adições	Transferência	Amortização	Valor líquido em 2021
Intangível administrativo em desenvolvimento					
Softwares	75	801	-	-	876
	<u>75</u>	<u>801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>876</u>
Intangível operacional em desenvolvimento					
Servidões	152	47	(152)	-	47
	<u>152</u>	<u>47</u>	<u>(152)</u>	<u>-</u>	<u>47</u>
Consolidado					
	Valor líquido em 2021	Adições	Transferência	Amortização	Valor líquido em 2022
Intangível operacional em serviço					
Servidões			152		152
Contratos de autorização	91.600	-	-	-	91.600
Ágio	8.608	-	-	-	8.608
	<u>100.208</u>	<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>100.360</u>
	<u>100.435</u>	<u>848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.283</u>

Os contratos de autorização são relativos à parcela não alocada da aquisição do parque Eólico São Vitor em 2020. A aquisição foi realizada pela IBH V, que em seguida cindiu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos. Os ativos intangíveis atrelados a estes contratos serão amortizados linearmente a partir da data de entrada em operação do parque eólico até o final da vigência do contrato.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	890	20	115.540	50.903
Provisão de fornecedores	402	265	1.231	422
	<u>1.292</u>	<u>285</u>	<u>116.771</u>	<u>51.325</u>

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições usuais acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Contratos de mútuo (i)				
São Vitor 02	-	14.270	-	-
São Vitor 04	-	14.190	-	-
São Vitor 05	-	14.190	-	-
São Vitor 06	-	14.240	-	-
São Vitor 08	-	14.240	-	-
São Vitor 09	-	14.140	-	-
São Vitor 10	-	31.960	-	-
IBH V	38.000	-	-	-
	<u>38.000</u>	<u>117.230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Reembolso (iii)				
ESSENTIA PCHS S.A.	1.286	-	1.286	-
IBR1	44	-	44	-
	<u>1.330</u>	<u>117.230</u>	<u>1.330</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante				
IBH V	-	38.000	-	-
São Vitor 01	-	16.350	-	-
São Vitor 03	-	14.240	-	-
São Vitor 07	-	20.450	-	-
São Vitor 11	-	14.140	-	-
São Vitor 12	-	14.240	-	-
São Vitor 13	-	14.240	-	-
São Vitor 14	-	16.690	-	-
	<u>-</u>	<u>148.350</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo circulante				
Compartilhamento de custos (ii)				
IBH V	1	-	-	-
IBH I	1.535	-	1.536	-
Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("IBHI")	-	10.071	-	10.071
	<u>1.536</u>	<u>10.071</u>	<u>1.536</u>	<u>10.071</u>
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado				
Infraestrutura Brasil Serviços e Participações XIII	-	216	-	216
Pátria Infraestrutura IV FIP	-	177	-	177
Pátria Infraestrutura III FIP	-	4.763	-	4.763
Infraestrutura Brasil Holding ("IBHI") (ii)	1.524	10.071	1.524	10.071
	<u>1.524</u>	<u>15.227</u>	<u>1.524</u>	<u>15.227</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Mútuos: trata-se de operações feitas entre as SPEs e controladora para dar suporte as atividades operacionais enquanto os financiamentos não são desembolsados.
- (ii) Compartilhamento de custos – origem pela Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("IBH I"): refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre as Companhias IBH I e IBH IV.
- (iii) Reembolso de despesas pagas em nome da empresa Essentia PCHs S.A.

Remuneração da Diretoria

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH IV oriundos do compartilhamento com a IBH I, corresponde a R\$ 1.739 (R\$ R\$ 1.645 em 31 de dezembro de 2021). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (ii) acima.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Contratos

(i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, as controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$ 655.000, parcialmente desembolsados durante o ano de 2022. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em até 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2045. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” – São Vitor 01, recurso total de R\$ 86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$ 59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$ 26.316;
- Crédito “B” – São Vitor 03, recurso total de R\$ 86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$ 59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$ 26.316;
- Crédito “C” – São Vitor 07, recurso total de R\$ 120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$ 83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$ 36.841;
- Crédito “D” – São Vitor 11, recurso total de R\$ 86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$ 59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$ 26.316;
- Crédito “E” – São Vitor 12, recurso total de R\$ 86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$ 59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$ 26.316;
- Crédito “F” – São Vitor 13, recurso total de R\$ 86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$ 59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$ 26.316;
- Crédito “G” – São Vitor 14, recurso total de R\$ 103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$ 71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$ 31.579;

(ii) BNB

Em 27 de outubro de 2021, a São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$ 548.073, parcialmente desembolsados durante o ano de 2022. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa).

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- São Vitor 02: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 04: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 05: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 06: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 08: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 09: recurso total de R\$ 74.064;
- São Vitor 10: recurso total de R\$ 103.689.

(iii) CCB BTG

A IBH IV captou em 12 de agosto de 2020 recursos financeiros no montante de R\$400.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto a instituição financeira BTG Pactual S/A. A dívida original era composta por juros pagos trimestralmente e amortização do principal somente no seu vencimento. Em 22 de julho de 2021, a CCB foi rolada por 12 meses adicionais, com novo vencimento para 22 de julho de 2022. A CCB vigente é composta juros remuneratórios de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 3,00% a.a., juros pagos trimestralmente e amortização do principal somente no seu vencimento. A operação foi liquidada no seu vencimento.

(iv) NP (Nota Promissória)

Em 29 de julho de 2021, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de notas promissórias em série única de 8 cédulas, no montante total de R\$200.000, cujas principais características são:

Quantidade: 8

Valor nominal unitário: R\$25.000

Vencimento final: 22 de julho de 2022

Pagamento do valor nominal: No vencimento

Remuneração: CDI + 3,00% a.a.

Pagamento da remuneração: No vencimento

A operação foi liquidada no seu vencimento.

(v) 1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 16 de fevereiro de 2022, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 210.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,05% a.a., com vencimento para 16 de agosto de 2023.

(vi) CCB Alfa

Em 22 de julho de 2022, a IBH IV captou recursos financeiros no montante de R\$200.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto a instituição financeira Banco Alfa de Investimento S/A. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,70% a.a., com vencimento para 21 de julho de 2023.

(vii) 2ª NC (2ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 11 de novembro de 2022, a IBH IV efetuou sua segunda emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 175.000. A operação foi realizada em duas tranches, com R\$ 99.000 desembolsados em novembro de 2022, e o restante desembolsado em janeiro de 2023. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,70% a.a., com vencimento para 11 de maio de 2024.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
CCB BTG	3% a.a. + CDI	22/07/2022	-	404.850	-	404.850
NP	3% a.a. + CDI	22/07/2022	-	206.351	-	206.351
1ª NC	2,05% a.a.+ CDI	16/08/2023	235.949	-	235.949	-
CCB_ALFA	1,7% a.a. + CDI	21/07/2023	213.173	-	213.173	-
2ªNC	2,7% a.a. + CDI	11/05/2024	101.087	-	101.087	-
BNB	2,8% a.a. + IPCA+ (bônus adimpl)	15/11/2045	-	-	408.357	-
BNDES	6,31% a.a. + IPCA	15/11/2041	-	-	482.528	-
			<u>550.209</u>	<u>611.201</u>	<u>1.441.094</u>	<u>611.201</u>

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c) Garantias

Empréstimos BNDES

As garantias do contrato de financiamento com o BNDES são: (i) Penhor de ações da IBH V, (ii) Penhor de ações da SPE, (iii) Penhor de máquinas e equipamentos, (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.

As garantias dadas aos fiadores são: fiança da IBH IV e das SPEs.

Empréstimos BNB

As garantias do contrato de financiamento com o BNB são: (i) fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.

As garantias dadas aos fiadores são: (i) alienação fiduciária de ações da SPE, (ii) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) direitos emergentes das autorizações, (c) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos ou seguros do projeto, (d) direitos creditórios da SPE provenientes das garantias outorgadas pelas partes contratadas no âmbito dos contratos do projeto, (iii) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto, (iv) fiança das SPEs, da IBH SV e da IBH IV.

d) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD") apurado na IBH V, a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V.

O cálculo será obrigatório a partir do exercício de 2024, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente.

e) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora						
	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Amortização	Custo de transação	Saldo em 2022
CCB BTG	404.850	-	-	31.313	(439.527)	3.364	-
NP	206.351	-	-	16.626	(224.698)	1.721	-
1ª NC	-	210.000	-	27.309	-	(1.360)	235.949
CCB Alfa	-	200.000	-	13.173	-	-	213.173
2ª NC	-	99.000	-	2.087	-	-	101.087
Total	611.201	509.000	-	90.508	(664.225)	3.726	550.209

	Consolidado						
	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Amortização	Custo de transação	Saldo em 2022
CCB BTG	611.201	-	-	47.939	(659.140)	-	-
NP	-	-	-	-	-	-	-
1ª NC	-	210.000	-	27.309	-	(1.360)	235.949
CCB Alfa	-	200.000	-	13.173	-	-	213.173
2ª NC	-	99.000	-	2.087	-	-	101.087
BNDES	-	413.943	2.072	10.875	-	(18.533)	408.357
BNB	-	474.174	-	14.183	-	(5.829)	482.528
Total	611.201	1.397.117	2.072	115.566	(659.140)	(25.722)	1.441.094

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 2020	Ingressos	Juros	Pagamento juros	Custo de transação	Saldo em 2021	
CCB BTG	401.882	-	27.766	(21.434)	(3.364)	404.850	
NP	-	200.000	8.072	-	(1.721)	206.351	
Total	401.882	200.000	35.838	(21.434)	(5.086)	611.201	

Outras movimentações do exercício:

- CCB BTG: Em 21 de julho de 2022, foi realizada a portabilidade de parte da CCB entre o BTG e Banco Alfa, originalmente emitida em 12 de agosto de 2020, no valor de R\$ 200.000. A CCB foi aditada, alterando-se, além do credor, a data de vencimento para 21 de julho de 2022. O saldo remanescente da operação, no montante de R\$ 215.442 foi liquidado no vencimento;
- NP (Nota Promissória): Em 22 de julho de 2022 a Companhia realizou a quitação total da Nota Promissória, no montante de R\$224.698 conforme seu vencimento;
- 1ª Deb (1ª Emissão de Debenture): Em 01 de setembro de 2022, o saldo devedor da debênture foi inteiramente rolando de 05 de setembro de 2022 para 15 de novembro de 2022, o montante de R\$254.372 foi quitado integralmente no vencimento.

- No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram desembolsados os subcréditos referentes ao contrato de financiamento com o BNDES, conforme os valores, datas e empresas abaixo relacionadas:

Empresa	Modalidade	Data	Valor
VT01	BNDES	23/06/2022	46.669
VT01	BNDES	28/11/2022	13.199
VT03	BNDES	23/06/2022	44.449
VT03	BNDES	28/11/2022	15.419
VT07	BNDES	23/06/2022	52.169
VT07	BNDES	28/11/2022	22.831
VT07	BNDES	27/12/2022	2.076
VT11	BNDES	23/06/2022	51.457
VT11	BNDES	27/12/2022	7.127
VT12	BNDES	23/06/2022	37.057
VT12	BNDES	28/11/2022	12.238
VT13	BNDES	23/06/2022	36.117
VT13	BNDES	28/11/2022	13.121
VT14	BNDES	23/06/2022	45.107
VT14	BNDES	28/11/2022	14.893
VT14	BNDES	27/12/2022	13

- No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram desembolsados os subcréditos referentes aos contratos de financiamento com o BNB, conforme os valores, datas e empresas abaixo relacionadas:

Empresa	Modalidade	Data	Valor
VT02	BNB	13/05/2022	51.514
VT02	BNB	27/12/2022	8.198
VT04	BNB	13/05/2022	47.797
VT04	BNB	26/12/2022	17.360
VT05	BNB	13/05/2022	49.056
VT05	BNB	26/12/2022	16.100
VT06	BNB	13/05/2022	62.025
VT06	BNB	26/12/2022	3.131
VT08	BNB	13/05/2022	46.161
VT08	BNB	26/12/2022	18.995
VT09	BNB	13/05/2022	45.193
VT09	BNB	26/12/2022	19.963
VT10	BNB	13/05/2022	66.832
VT10	BNB	27/12/2022	21.850

f) Fluxo de pagamento

Consolidado

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	474.900
2 anos	131.450
3 anos	23.718
4 anos	21.594
5 anos	24.167
Após 5 anos	790.987
	<u>1.466.817</u>

13. DEBÊNTURES

a) Contratos

(viii) 1ª Deb (1ª Emissão de Debêntures)

Em 06 de setembro de 2021, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 220.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,00% a.a., com vencimento para 05 de setembro de 2022. O saldo devedor foi rolado por 2 meses adicionais, com novo vencimento para 15 de novembro de 2022, e a operação foi liquidada no seu vencimento.

(ix) 2ª Deb (2ª Emissão de Debêntures)

Em 22 de setembro de 2022, a IBH IV efetuou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 215.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,30% a.a., com vencimento para 22 de setembro de 2024.

g) Composição das debêntures

Modalidade	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
1ª Debêntures	2% a.a. + CDI	16/11/2022	-	224.022	-	224.022
2ª Debêntures	2,3% a.a. + CDI	22/09/2024	221.164	-	221.164	-
			<u>221.164</u>	<u>224.022</u>	<u>221.164</u>	<u>224.022</u>

As debentures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

b) Garantias

As Debêntures possuem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de boletim de subscrição e conta vinculada.

c) Movimentação das debêntures

	Controladora						Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Amortização	Custo de transação	
1ª Deb	224.022	-	-	28.225	(252.247)	-	-
2ª Deb	-	215.000	-	8.923	-	(2.759)	221.164
Total	<u>224.022</u>	<u>215.000</u>	<u>-</u>	<u>37.148</u>	<u>(252.247)</u>	<u>(2.759)</u>	<u>221.164</u>

	Controladora						Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Ingressos	Juros	Pagamento juros	Custo de transação		
1ª Deb	-	220.000	6.147	-	(2.124)		224.022
Total	<u>-</u>	<u>220.000</u>	<u>6.147</u>	<u>-</u>	<u>(2.124)</u>		<u>224.022</u>

- 1ª Deb (1ª Emissão de Debenture): Em 01 de setembro de 2022, o saldo devedor da debênture foi inteiramente rolado de 05 de setembro de 2022 para 15 de novembro de 2022, o montante de R\$254.372 foi quitado integralmente no vencimento.

d) Fluxo de pagamento

Consolidado

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	-
2 anos	223.922
3 anos	-
4 anos	-
5 anos	-
Após 5 anos	-
	<u>223.922</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(163.049)	(69.199)	(158.876)	(69.197)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(55.436)</u>	<u>(23.528)</u>	<u>(54.044)</u>	<u>(23.527)</u>
Equivalência patrimonial	(3)	1.135	-	-
Demais adições e exclusões, líquidas	5.118	882	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	<u>50.321</u>	<u>21.511</u>	<u>49.951</u>	<u>23.525</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.093)</u>	<u>(2)</u>
Alíquota efetiva	0%	0%	3%	0%

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensação com lucros tributáveis futuros é de R\$223.828. A Companhia não reconheceu créditos tributários sobre esses valores, pela não expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 607.952 (representado por 607.952.010 ações). Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.952 (representado por 4.952.010 ações).

Valores de aumento de capital realizados durante o exercício de 2022 estão detalhados no quadro da Demonstração das Mutações do patrimônio líquido.

Em 27 de outubro de 2022 através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 705.049 com o cancelamento de 705.048.589 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Também em 27 de outubro de 2022, em ato subsequente, os acionistas aprovaram aumento de capital da Companhia em R\$ 1.1112.049 mediante a emissão de 1.112.048.589 novas ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pátria Infraestrutura V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	100%
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.	100%	-

Em setembro de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, aportou na Infraestrutura Brasil Renováveis S.A 100 % da sua participação na Companhia.

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(163.049)	(69.199)
Quantidade de ações ordinárias	1.222.480.452	755.124.288
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,1334)</u>	<u>(0,0916)</u>

16. CUSTO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia (TUST)	-	-	(12.655)	-
Compra de energia	-	-	(45)	-
Pessoal e encargos	(15)	-	(15)	-
Materiais	-	-	(567)	-
Serviços de terceiros	-	-	(1.215)	-
Impostos e taxas	-	-	(73)	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	(49)	-
Outros	-	-	(58)	-
	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>(14.677)</u>	<u>-</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços de terceiros	(6.409)	(6.136)	(8.149)	(7.802)
Pessoal e encargos	(14.485)	(9.209)	(14.485)	(9.209)
Materiais	(110)	-	(116)	-
Arrendamento	(169)	(240)	(218)	(241)
Impostos e taxas	(2)	-	(18)	(795)
Depreciação	(51)	-	(51)	(97)
Seguros	(137)	-	(845)	-
Provisões	(10)	-	(10)	-
Outros	(1.723)	(405)	(2.490)	(1.278)
	<u>(23.096)</u>	<u>(15.990)</u>	<u>(26.382)</u>	<u>(19.422)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimentos das aplicações financeiras	8.971	2.832	26.276	4.392
Outras Receitas Financeiras	83	11	111	11
(-) Tributos sobre receita financeira	(421)	(132)	(603)	(205)
<u>Receitas financeiras</u>	<u>8.633</u>	<u>2.711</u>	<u>25.784</u>	<u>4.198</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(127.805)	(42.017)	(127.805)	(42.017)
Aquisições societárias - Atualização (ii)	-	-	(2.073)	(1.384)
Comissões e taxas (iii)	(11.788)	(10.431)	(11.788)	(10.431)
IOF	(91)	-	(1.209)	-
Outras despesas financeiras	(444)	(133)	(898)	(141)
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(140.128)</u>	<u>(52.581)</u>	<u>(143.773)</u>	<u>(53.973)</u>
	<u>(131.495)</u>	<u>(49.870)</u>	<u>(117.989)</u>	<u>(49.775)</u>

- (i) O montante de juros sobre empréstimos é apresentado líquido dos valores capitalizados no ativo imobilizado que totalizam R\$ 25.058.
- (ii) A variação na rubrica de aquisições societárias refere-se à atualização mensal a 100% do CDI sobre os saldos a pagar das aquisições dos projetos de geração eólica.
- (iii) Os valores de comissões reconhecidas no resultado financeiro referem-se substancialmente a amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos captados.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	Controladora		Consolidado		Mensuração a valor justo
	2022	2021	2022	2021	
<u>Ativos financeiros</u>					
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa	23.253	69.746	201.106	89.531	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	-	-	21.950	39.375	Nível 2
Custos amortizado:					
Partes relacionadas	39.330	265.580	-	-	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos		-	510	16.935	Nível 2
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	1.292	285	116.771	51.325	
Empréstimos e financiamentos	550.209	611.201	1.441.092	611.201	
Debêntures	221.164	224.022	221.164	224.022	
Partes relacionadas	1.536	10.071	1.536	10.071	
Outras contas a pagar		-	-	23.801	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

c) Instrumentos financeiros derivativos – “Hedge Accounting”

Em 23 de dezembro de 2020 as controladas indiretas da Companhia contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a possíveis variações da taxa de câmbio, referente principalmente à aquisição de aerogeradores para compor componentes das usinas eólicas de Ventos de São Vitor.

As NDFs contratadas foram equivalentes com o prazo e volume semelhante ao ativo coberto. Estes itens foram previstos em contratos já firmados com o fornecedor e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, serão contabilizadas no ativo imobilizado, quando comprovada a efetividade do hedge.

A Companhia registrou todos os contratos como ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado no quadro a seguir:

Consolidado em 31 de dezembro de 2022						
<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Notional</u>	Posição passiva BRL	Posição ativa BRL	Valor Justo
Itaú Unibanco S.A.	2023	CNH	31.674	23.795	23.999	204
Itaú Unibanco S.A.	2023	EUR	4.352	24.211	24.424	214
Itaú Unibanco S.A.	2023	USD	11.482	59.774	59.864	92
			<u>47.508</u>	<u>107.780</u>	<u>108.285</u>	<u>510</u>

Consolidado em 31 de dezembro de 2021						
<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Notional</u>	Posição passiva BRL	Posição ativa BRL	Valor Justo
Itaú Unibanco S.A.	2022	USD-BRL	71.053	369.786	382.236	12.450
Itaú Unibanco S.A.	2022	EUR-BRL	26.925	191.259	185.605	(5.654)
Itaú Unibanco S.A..	2022	CNH-BRL	196.006	159.299	169.438	10.139
			<u>293.984</u>	<u>720.344</u>	<u>737.281</u>	<u>16.935</u>

d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,39% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,42% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

<u>Instrumento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário 1</u>	Controladora			
				31/12/2022			
				Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	23.253	2.881	2.161	1.441	3.601	4.322
Empréstimos e financiamentos	CDI	(75.492)	(96.091)	(72.068)	(48.046)	(120.114)	(144.137)
Exposição líquida		(52.239)	(93.210)	(69.907)	(46.605)	(116.513)	(139.815)

		Consolidado					
		31/12/2022					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	201.106	24.919	18.688	12.460	31.149	37.376
Títulos e valores mobiliários	CDI	21.950	2.720	2.040	1.360	3.400	4.080
Empréstimos e financiamentos	CDI	(775.492)	(96.091)	(72.068)	(48.046)	(120.114)	(144.137)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(915.246)	(52.993)	(39.745)	(26.494)	(66.241)	(79.489)
Exposição líquida		(1.467.682)	(121.445)	(91.085)	(60.720)	(151.806)	(182.170)

		Controladora					
		31/12/2021					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	69.746	3.085	2.314	1.543	3.857	4.628
Empréstimos e financiamentos	CDI	(842.433)	(37.266)	(27.950)	(18.633)	(46.583)	(55.899)
Exposição líquida		(772.687)	(34.181)	(25.636)	(17.090)	(42.726)	(51.271)

		Consolidado					
		31/12/2021					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	89.531	3.961	2.970	1.980	4.951	5.941
Títulos e valores mobiliários	CDI	39.375	1.742	1.306	871	2.177	2.613
Empréstimos e financiamentos	CDI	(842.433)	(37.266)	(27.950)	(18.633)	(46.583)	(55.899)
Exposição líquida		(713.527)	(31.563)	(23.674)	(15.782)	(39.455)	(47.345)

20. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. GARANTIAS

a) Fianças bancárias

Garantias	Tipo de garantia	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	Fiança bancária	507.659	-
Financiamentos BNB	Fiança bancária	535.550	-
ONS	Fiança bancária	8.371	-
Total		1.051.580	-

Além de fiança bancária as garantias do financiamento com o BNDES incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da IBH V e das SPE's e (ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões fornecedores	-	265	1.869	427
Juros capitalizados relativos a empréstimo			25.058	
	-	265	26.927	427

23. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo apresentado pela Companhia e suas controladas na rubrica de seguros refere-se substancialmente a seguro garantia para o contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos.

24. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

As controladas indiretas da Companhia que possuem compromissos assumidos através principalmente de *Power Purchase Agreement* ("PPA") junto a CEMIG Geração e Transmissão S.A em contratos de venda de energia incentivada com início de suprimento de energia previsto em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041.

Devido a postergação da entrada em operação, as investidas da Companhia irão adquirir energia no mercado para suprir o contrato com a Cemig até o início das operações.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de janeiro de 2023, foi realizado desembolso de R\$76.000 referente a segunda tranche da nota comercial emitida pela IBH IV em novembro de 2022, finalizando a série dos desembolsos e totalizando o montante de R\$ 175.000.